

MÉSZÁROS, A CRISE ESTRUTURAL E SEUS IMPACTOS NA LUTA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES¹

Maria Cristina S. Paniago
Professora da Universidade Federal de Alagoas
(UFAL)

O capitalismo e suas crises de abundância

O capitalismo em seus quase seis séculos de existência é inquestionavelmente o modo de metabolismo social mais produtivo já ocorrido na história.

Desde o início dos tempos, as primeiras formas de organização da produção e da distribuição (comunismo primitivo, antiguidade, feudalismo) tiveram de encontrar os meios mais adequados para a realização vantajosa do intercâmbio social com o meio natural², pois deviam atender às finalidades previamente concebidas e satisfazer as necessidades da reprodução ampliada da sociedade humana.

Na era moderna, uma nova relação social reorganiza o intercâmbio homem-natureza, movido agora pela acumulação da riqueza em si mesma, subordinando o consumo direto, o valor de uso, os meios de produção e de trabalho, e, portanto, a satisfação das necessidades sociais, ao critério das vantagens alcançadas com o valor de troca. Impõe-se a exploração alienada da força de trabalho assalariada como fonte do excedente social que transforma a relação capital-trabalho no motor da nova ordem social, com sua prosperidade pujante e inebriadora.

¹ Artigo publicado pela Revista Primavera Vermelha (www.espacosocialista.org), em 2018.

² Esse é o significado do termo metabolismo social (ou sociometabolismo, como é traduzido pela edição do *Para Além do Capital* da Boitempo Editorial), utilizado por Mészáros, depois de Marx, para caracterizar a particularidade do sistema do capital e seu modo de controle social sobre a troca entre o homem e a natureza. Para Marx, essa troca vital comparece em todas as sociedades. Assim afirma ele: “Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser **mediada** por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o **trabalho**, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de **mediação do metabolismo entre homem e natureza** e, portanto, da vida humana. (MARX, 1983, p. 50) (grifos nossos).

A instauração do modo de produção capitalista, a partir do século XVI, enfrentou enormes dificuldades políticas, econômicas e sociais até que se tornasse o modo dominante de reprodução social no mundo. Desde o início, com o renascimento do comércio e das cidades, ainda no interior do regime feudal, o capital-dinheiro (comercial e usurário) correu enormes riscos e enfrentou enormes barreiras até que pudesse penetrar na economia feudal e destruí-la. Avançou progressivamente, ainda que sofrendo algumas derrotas circunstanciais pelo conservadorismo feudal na esfera político-religiosa, e expandiu-se de forma irreversível na economia, até que as transformações necessárias à sua consolidação política se completassem, no século XVIII, com as revoluções burguesas e a derrocada final do feudalismo na Europa Ocidental.

Para isso, o possuidor do capital comercial e usurário, o capitalista nascente, precisou demonstrar sua capacidade de oferecer uma solução factível contra a escassez de mercadorias e serviços que caracterizava a economia natural; de fortalecer-se por meio de uma dependência mútua, no início vantajosa, na comercialização de bens de luxo para os senhores feudais; de financiar as monarquias falidas com o declínio do excedente do regime de trabalho servil e da produtividade da terra; de deslocar o poder da religião, e de sua concepção divina do mundo, para fora do poder do Estado; de desenvolver a ciência, a grande indústria e a produtividade; de transformar a força de trabalho em mercadoria abundante, facilitada pela expulsão forçada do campo, ação de extrema violência legalmente sustentada, durante séculos, pelas forças do Estado moderno, entre outros feitos.

Enfim, assim preparava as forças produtivas e as prerrogativas político-ideológicas que, finalmente, deixassem o capital livre das barreiras feudais e que permitissem seu voo irremediável em direção à total liberdade de mercado, alimentando-se do excedente (do trabalho assalariado não pago) e expandindo-se até irromper como o capital maduro no capitalismo industrial.

Sabemos que a imensa força produtiva e civilizadora do capital, através do conhecimento e da industriabilidade humanos, cumpriu um papel de inegável progresso. Todavia, não estaríamos escrevendo este artigo se essa tendência ao progresso fosse

imperturbável, satisfatória e eterna. O sistema do capital³, por mais poderoso que pareça, em relação aos demais modos de produção, opera subjugando os indivíduos sociais, diretamente envolvidos no metabolismo social com o mundo natural, a uma nova relação social de antagonismo e exploração que traz consigo uma cadeia de contradições internas ao próprio sistema.

O modo como o capital colocou sob seu domínio alienado os objetivos da reprodução social, transformando sua autorreprodução ampliada em objetivo precípua da existência social, faz com que, suplantadas as barreiras do antigo regime, se defronte com novas barreiras, a saber, os limites postos pelas necessidades humano-sociais progressivamente insatisfeitas e o uso predatório e perdulário de recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta. Ou seja, gera contradições e incapacidades que impedem a continuidade do progresso material e social que conquistou sob as novas e alienadas relações sociais de produção, que o obstam de manter indefinidamente o progresso e o crescimento da riqueza social que lhe permitiram superar a crise prolongada que levou à derrocada do período feudal.

A reincidência das crises⁴ no metabolismo social, agora reconstituído sob a lógica do capital, não foi surpreendente para pensadores anticapitalistas, como Marx e Engels. Ao contrário do que parece ter acontecido com os economistas clássicos ao considerá-la um problema de menor importância e de fácil administração, dada a capacidade do capitalismo, e do mercado, segundo eles, de gerar de forma espontânea equilíbrios corretivos da incômoda disjunção entre produção e consumo, o que começa a perturbar a benéfica espiral do crescimento do capital já no início do século XIX.

Em polêmica com os economistas clássicos, a partir da investigação sobre os fundamentos e desenvolvimentos da crise do capital em sua fase plenamente

³ “As características essenciais que definem todas as possíveis formas do sistema do capital, segundo Mészáros, são: *a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – ‘valor sustentando-se a si mesmo’ (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada de riqueza acumulada*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 781).

⁴ Há uma diversidade enorme entre os estudiosos das crises do capitalismo, que não podemos abordar aqui. quanto à periodicidade, às causas e aos fatores detonadores das crises. Segundo Netto (2006, p. 156), a história real do capitalismo é “a história de uma sucessão de **crises econômicas** – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *catorze vezes* acompanhadas por crises (...)”

desenvolvida na era industrial, Marx⁵ acusa Ricardo, Smith e outros economistas de defender posições contraditórias ao reconhecerem a “possibilidade das crises”, ao tempo que negavam suas causas como sendo iminentes ao próprio modo de produção estabelecido.

No que se refere a Ricardo, que viveu as primeiras crises do século XIX, Marx aponta para o fato de que ele

não tinha, a rigor, conhecimento do que eram as crises, as crises gerais, as crises do mercado mundial, nascidas do próprio processo de produção. Pôde explicar as crises de 1800 e 1815 como consequência do encarecimento do trigo provocado pelas más colheitas, pela depreciação do papel-moeda e das mercadorias coloniais etc., já que o bloqueio continental fez com que o mercado se retraísse violentamente por razões políticas e não por causas econômicas. (MARX, 1982, p. 18).

Marx é ainda mais contundente na crítica à mistificação do pensamento clássico, pois os “fenômenos históricos posteriores, especialmente a periodicidade quase regular das crises do mercado mundial, já não permitiriam aos sucessores de Ricardo continuar negando os fatos ou interpretá-los como puramente fortuitos” (MARX, 1982, p. 18).

Os estudos sobre as crises, baseados na crítica de Marx e Engels, estendem-se do século XIX aos dias atuais e constata a regularidade e a repetição de ciclos econômicos⁶ constituídos por fases de crise que passam da depressão à retomada e ao auge do crescimento da acumulação e da expansão do capital (NETTO; BRAZ, 2006). Para Marx, segundo análise de Altvater (1987, p. 89), “em contraste com as teorias conjunturais burguesas, o ciclo industrial não é entendido como uma curva senoidal desligada da história, mas como uma fase de desenvolvimento em que as contradições da sociedade burguesa emergem em conjunto e devem ser reguladas.” Força assim uma reação

⁵ A investigação de Marx sobre as crises do capitalismo não pôde ser finalizada em um estudo sistemático, como fez com *O Capital*. Era parte de seu plano de estudos inicial dar conta de temas como as crises do capitalismo, entre outros. Afirma-se com frequência que não há uma “teoria da crise” em Marx, no entanto, são seus princípios orientadores fundamentais elaborados na crítica da economia política que apresentam maior potência esclarecedora das crises do capitalismo até hoje. Análise sobre os fundamentos da possibilidade da crise do capital são encontradas no *O Capital*: no livro II (capítulos XVI, XX e XXI), no livro III (capítulos XIII, XIV, XV, XXX e XXXII). Nas *Teorias da mais-valia* (cap. XVII) e, segundo Mandel (1990, p. 209), no “*Anti-Dühring*, de Engels, que foi revisado e corrigido, se não redigido, pelo próprio Marx”. (ALTVATER, 1987; NETTO, 2006; MANDEL, 1990).

⁶ “Até a crise de 1929, os ciclos tinham uma duração aproximada entre 8 e 12 anos; a partir da segunda Guerra Mundial, esses ciclos foram encurtados, ao tempo que os impactos das crises tornaram-se menos catastróficos que aqueles da de 1929” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 159). O repique de crises econômicas, com uma variação na temporalidade dos ciclos, é também mencionado por Engels. (ENGELS, 1975, p. 98).

agressiva do sistema para desobstruir os gargalos do processo de acumulação em cada situação histórica particular.

O aprofundamento das contradições do sistema do capital e a impossibilidade de contorná-las com meios de relativa eficácia, antes mais facilmente disponíveis, provocam as explosões bloqueadoras da acumulação necessária. Em passagem sobre a crise nas *Teorias da mais-valia*, Marx se atém, segundo Altvater, a analisar as contradições provocadas pelo “movimento do valor” no âmbito da acumulação do capital:

As crises do mercado mundial devem ser concebidas como a concentração real e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa (...). [A crise] é o violento restabelecimento da unidade entre [momentos] independentes e a violenta independentização de momentos que, essencialmente, são uma única coisa (...). Todas as contradições da produção burguesa atingem coletivamente a explosão nas crises mundiais gerais; nas crises particulares (*particulares* segundo o conteúdo e a extensão), só de maneira dispersa, isolada, unilateral. (MARX *apud* ALTVATER, 1987, p. 83).

Não é de nosso interesse, neste artigo, reproduzir a polêmica sobre as causas das crises que têm ocupado pensadores marxistas do século XIX ao XX. Cabe-nos apenas mencionar alguns de seus expoentes clássicos, como Rosa de Luxemburg, Henryk Grossmann, Nicolai Bukarin, Rudolf Hilferding, e a crítica mais contemporânea feita a eles por Mandel; bem como destacar a crítica às teses de Mandel por Mattick (1977), Sweezy (1983), e uma síntese deste debate realizada por Altvater (1987), entre outros.

O que nos interessa indagar é se a essas crises parciais, particulares, cíclicas (ainda que de grande impacto), permanecem sendo a mera expressão das contradições do capitalismo, e se essas contradições “sofrem” algum efeito proveniente das soluções anticíclicas precedentes, até que um novo ciclo se reponha em escala ampliada. O que parece ser uma característica relevante do processo de crise no capitalismo, pois Chesnais, (2012, n/p), ao citar Marx, afirma que a

magnitude e os traços específicos das grandes crises são a resultante dos meios aos quais o capital (em um sentido que inclui os governos dos países capitalistas mais importantes) recorreu no período precedente para “superar esses limites imanentes” antes de ver “que voltam a se levantar esses mesmos limites, ainda com maior força”.

Dando continuidade à tradição de Marx e Lukács na investigação sobre os fundamentos ontológicos da ordem do capital, Mészáros, filósofo húngaro, traz, em sua obra *Para Além do Capital*, elementos substantivos e originais a acrescentar nesse debate,

introduzindo o conceito de crise estrutural como um fenômeno atual e de impacto destrutivo profundo e determinante que incide sobre os desenvolvimentos e estratégias futuras do capital em relação aos trabalhadores, classe que efetivamente padece e luta contra os males sociais provocados por todas as crises.

A distinção ontológica entre crise cíclica e crise estrutural vai consumir uma enorme atenção de Mészáros, como veremos a seguir. Todavia, o que queremos destacar como elo fundamental para nosso interesse no tema das crises do capital em Mészáros, além de desnudar suas trágicas consequências, que ameaçam a existência dos trabalhadores de modo incomparável a momentos anteriores na história, é a necessidade impositiva de novas estratégias ofensivas de combate do trabalho contra o capital que superem os limites das lutas defensivas do passado.

Tal problema é colocado por Mészáros lembrando Marx ao se dirigir aos trabalhadores, em 1865, com inteira clareza sobre os desafios à revolução social e à emancipação do trabalho, quando lhes dizia que

não deveriam se contentar com a negatividade “retardadora do movimento depressivo” quando a tarefa consistia em “alterar sua direção”; que eles não deveriam aplicar “paliativos” quando o problema era “curar a doença”. E afirmou não ser suficiente engajar-se negativamente/defensivamente nas “inevitáveis *lutas de guerrilha* que incessantemente emergem dos eternos abusos do capital ou das flutuações do mercado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 791).

Descobrir as mediações políticas adequadas para atender a essa necessidade estratégica da luta dos trabalhadores, não apenas para remediar ou defender-se dos efeitos sociais agravados pelas crises posteriores a essa advertência de Marx, tornou-se um imperativo para a sobrevivência das classes trabalhadoras em tempos de crise estrutural.

Ocupar-nos-emos a seguir em expor a análise de Mészáros sobre a relação ontológica entre crise cíclica e luta defensiva (que trata “apenas [da luta] contra os efeitos do sistema”), e crise estrutural e luta ofensiva (“dada a exaustão das concessões interesseiras que o capital podia fazer no passado”), nos marcos de uma transição histórica em andamento, contudo, até o momento indefinida em sua direção (MÉSZÁROS, 2002, p. 791/858).

Antes, porém, devemos dar uma atenção especial à determinação essencial e ao desenvolvimento histórico da nova forma de riqueza da era moderna: o capital, e a seu modo exclusivo de controle sobre o excedente social produzido pelo trabalho.

A incontabilidade e a autorreprodução destrutiva do capital

As crises do sistema do capital não devem ser compreendidas como fenômenos naturais e inevitáveis da história humana. O que vimos até agora se refere à desordem periódica na normalidade da reprodução ampliada de capital, portanto, imanente ao seu modo de produção, que se inicia historicamente a partir do momento em que o capital assume sua maturidade produtivo-industrial.

O capital é fruto da relação social (capital-trabalho) que se estabeleceu de modo predominante apenas a partir de um dado momento do desenvolvimento histórico da humanidade. O metabolismo social do homem com o meio natural pôde desenvolver-se até chegar às sociedades de classes, com o domínio da propriedade privada sobre a vida dos homens. Apresenta-se, em nossos dias, na forma do capital produtivo, nas mãos das personificações do capital – os capitalistas.

Para se compreender a essencialidade das crises do sistema do capital, é imprescindível que reconheçamos como este funciona, quais seus objetivos e as determinações gerais do movimento reprodutivo do capital, para, assim, compreendermos como produz e reproduz suas crises. Admitindo o fundamento do trabalho como a base da sociabilidade humana, devemos observar como ele organiza e submete o trabalho à sua vontade para que produza a riqueza por meio da multiplicação do valor que se autovaloriza alheio às necessidades humanas universais, conforme formulação de Marx.

Isso não significa que, na constituição do sistema do capital, sejam prescindíveis os demais complexos sociais, como a ideologia, a arte, a religião, a política e o Estado, a ciência, a filosofia etc.⁷ Ao contrário, um sistema orgânico como o do capital deve

⁷ Não foram poucas as transformações do pensamento humano e da ação política provocadas pelo advento do capital e do modo de ser burguês. São demonstrações cabais desse processo de transformação da totalidade do mundo feudal para o sistema do capital o humanismo originário e o liberalismo pragmático e socialmente seletivo que predominou após as revoluções burguesas, pois a nova ordem social teve de explicar e justificar as novas relações sociais de maneira que correspondessem ao revolucionamento da base material. Segundo Kofler (1997, p. 460), o “ideólogo burguês só pode representar o indivíduo

assegurar, para o bom desempenho das atividades de produção, distribuição, consumo, circulação, uma interação adequada com as demais esferas da atividade humana, as quais colaboram, cada uma a seu modo, para o funcionamento do todo. Cabe um destaque à relação entre capital-trabalho e Estado, assumindo este a forma de comando político complementar à “estrutura de comando material” do capital, condição vital para que sejam asseguradas a subordinação do trabalho, a conformação dos interesses egoístas e concorrenciais da “pluralidade de capitais”, e a expansão global do capital social total (MESZÁROS, 2002).

O fato de a existência do capital se reportar a milênios (mais de 3 mil anos) não implica que as sociedades anteriores pudessem ser consideradas capitalistas⁸. Capital e capitalismo (que existe há apenas 500 anos) exigem uma distinção não só histórica, mas também ontológica, na medida em que a relação-capital que possibilita a riqueza móvel (expressa, no início, no fluxo do capital-dinheiro – capital comercial) tem de passar por transformações e diversificar-se, até alcançar sua predominância no tempo e no espaço, ao subordinar progressivamente o trabalho assalariado – sua fonte de valor – e apropriar-se do excedente social, reinvestindo-o continuamente, como requer sua acumulação ampliada.

O capital, como capital mercantil e usurário, aparece esporadicamente ou localmente nas sociedades antigas, intervém nas atividades de troca e de empréstimo a juros e depende, até o princípio do capitalismo, fundamentalmente de uma produção externa a seu campo de ação na circulação. Não tem ainda o poder de alterar o processo de produção daquilo que comercializa. Opera o aumento de seu capital comprando barato e vendendo mercadorias com um acréscimo, apropriando-se de um valor maior que se origina na própria circulação.

verdadeiro e perfeito como burguês, isto é, como indivíduo proprietário”. Seu fim último é a proteção do livre uso da propriedade, “porque lhes parece que só por este caminho está assegurada a liberdade do homem” (ainda que saibamos que a liberdade não era universal, pois excluía os não proprietários). Para favorecer a realização desse princípio de liberdade, “desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera” – o liberalismo. (LASKI, 1973, p. 9).

⁸ Mészáros (2002, p. 1.021), depois de Marx, é quem retoma essa discussão, não só referente ao passado, mas apontando para as contradições da experiência soviética pós-capitalista, que a despeito de haver eliminado a propriedade privada e os capitalistas, não eliminou o capital. Ao contrário, instituiu uma forma de exploração extraeconômica da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2002, em especial o capítulo 17). Uma síntese das contribuições de Mészáros acerca das sociedades pós-capitalistas encontra-se em uma coletânea organizada por Paniago (2017).

Na pequena produção mercantil, o processo de troca de mercadorias se dá apenas para a compra do que não se produz ou para a reposição das condições objetivas da produção de valor de uso. O predomínio do valor de troca ainda não se impôs e o produtor permanece o proprietário de seus meios de produção e de subsistência. Como aponta Marx (1983), o dinheiro é gasto e a mercadoria é consumida. Até aqui, consumir (gastar) dinheiro não é produzir dinheiro.

No contexto do capitalismo nascente, a usura e os ganhos comerciais – “formas de patrimônio-dinheiro” – não são formas propriamente ditas de capital, pois aparecem como “supostos exteriores à gênese do capital”. Esclarece, ainda, Marx nos *Grundrisse* que “o dinheiro como fortuna mercantil (...) é simplesmente o movimento mediador entre extremos que ele não domina, e entre pressupostos que ele não cria” (MARX, 2011, p. 1.185).

O capitalismo propriamente dito corresponde ao momento em que o capital passa a reproduzir-se num processo de produção social que esteja “dominado em toda sua extensão e profundidade pelo valor de troca” (MARX, 1983, p. 140), ao submeter toda a produção mediante a separação forçada entre a força de trabalho e os seus meios de produção. O capitalismo só pode estabelecer-se como modo de produção dominante quando o trabalhador “livre” – de seus meios de subsistência e de trabalho – é transformado em mercadoria e forçado à venda de sua força de trabalho no mercado. Por outro lado, foi preciso completar-se o processo de expropriação do trabalhador com a transferência dos meios de produção para as mãos dos possuidores de capital e, assim, colocá-los a serviço do valor de troca; não mais do valor de uso, como ocorria nas formas precedentes da produção mercantil simples.

Estabelecida essa relação entre capital e trabalho, pode-se extrair o excedente, e este, na forma de mais-valia, de trabalho não pago, passa a constituir “o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista” (MARX, 1973, p. 410). Encontramo-nos aqui com o “capital *desenvolvido*” – o capital produtivo –, única função em que se tem o capital “como valor que produz valor” (MARX, 2011, p. 911/590). Completa-se a formação do capital produtivo num duplo processo indissociável, ao mesmo tempo em que impulsiona a produção, realiza a valorização do valor. Valor novo – riqueza adicional ao capital adiantado – extraído continuamente da exploração da força de trabalho; e a ela

só pode retornar, para efeito de sua reprodução, uma pequena fração – o “salário relativo”⁹ – em relação à riqueza produzida.

Para garantir esse processo de valorização contínua e ascendente, suplantando todas as barreiras sociais e naturais interpostas no caminho do capital, e uma vez estabelecida a relação-capital, o que para Marx significa uma “relação de compulsão, cujo objetivo é extrair o trabalho excedente”, nada pode detê-lo ou impedir que exerça o total comando sobre o trabalho. Nem mesmo os capitalistas, como “personificações do capital”, podem contrariar o imperativo da autovalorização do valor a qualquer custo e na escala necessária, porquanto exercem um controle sobre o sistema na exata medida para fazê-lo funcionar. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.708)

Eles devem “traduzir em ordens exequíveis os imperativos objetivos de autorreprodução ampliada do capital”. Em função do lugar que ocupam no sistema do capital, e, assim, mantendo seus privilégios e benefícios assegurados por sua posição de comando sobre a força de trabalho em nome do capital, as “personificações do capital” não podem contrariar seus objetivos reprodutivos, pois deixariam de ser capitalistas. Para Mézszáros, ao contrário de “controladores do sistema, estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do capital” (MESZÁROS, 2002, p. 776/263/126).

Em relação aos trabalhadores, dado o antagonismo imanente à relação-capital, a margem de oposição aos ditames da acumulação e da expansão (o que implica submeter-se às metas crescentes de produtividade e de exploração) é naturalmente reduzida a formas inócuas de luta defensiva contra os abusos do capital. Independentemente de se ganham pouco ou muito, a subordinação dos trabalhadores ao comando hierárquico do capital é ineliminável e estrutural. Apesar de todas as fantasias propagadas de libertação com a introdução do trabalho em equipe autogerida ou lucros compartilhados,

⁹ A evolução do estudo sobre os salários, realizada por Marx, traz uma decisiva contribuição ao combater uma enorme gama de mistificações contidas na alegação de que o aumento dos salários em si enfraquece a acumulação do capital e fortalece a posição material dos trabalhadores na partilha da riqueza social. O que se constata é que mesmo que o salário aumente, segundo Rosdolsky ao citar Marx, o “aumento deste ‘nunca é proporcional ao da produtividade do trabalho’. (Se a regra não fosse esta, a taxa de mais-valia não poderia crescer, ‘tornando-se impossível a produção de mais-valia relativa e, portanto, o próprio capitalismo’)” (ROSDOLSKY, 2001, p. 243). Uma recuperação do pensamento de Marx e do debate teórico contemporâneo a esse respeito pode-se encontrar em Paniago (2017a).

essas estratégias pressupõem a realização das metas de produção previamente determinadas, permanecendo o capital no verdadeiro comando sobre a produção.

A dominação do capital sobre o trabalho, com a mediação de suas personificações (os capitalistas), encontra na base material da exploração sua sustentação; conta, ademais, para a subordinação do trabalho, com a proteção das mediações políticas através do auxílio do Estado, que atua como força complementar ao comando hegemônico do capital.

Somente com a superação deste modo de metabolismo social alienado e explorador, superando-se também a lógica do lucro e da reprodução do valor de troca, é que se pode pensar numa ordem social em que os próprios produtores controlem os meios e a finalidade de suas vidas. Durante todo esse processo, sem dúvida, a luta política desempenha um papel vital, caso não se desvie do desafio estratégico inescapável: superar o capital enquanto tal e não apenas como modalidades específicas de capitalismo.

Cabe ressaltar, expostos alguns elementos fundamentais da autorreprodução do capital – valor que gera valor – e a incontrolabilidade do sistema do capital que subordina os desejos subjetivos ou a vontade política dos sujeitos envolvidos - quando estes ameaçam contrariar seu modo de controle do metabolismo social sem medida e sem limites - que a despeito de tudo isso, o capital demonstra exercer um modo de controle substancialmente instável e movido por contradições insanáveis.

Resgatando Marx, Mészáros (2002, p. 653) afirma que “Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a ‘contradição viva’, cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levamos plenamente em conta a *contratendência* específica à qual aquela está objetivamente ligada”. Desse modo, entre muitas das contradições que marcam a iniquidade do sistema, toda “quebra do equilíbrio” requer prontamente medidas restauradoras do equilíbrio perdido. No entanto, busca-se a restauração do sistema num ambiente reprodutivo marcado pela anarquia¹⁰ na produção, que ativa a “tríplice contradição” (MÉSZÁROS, 2002, p. 116) entre produção

¹⁰ Engels traduz com clareza a natureza anárquica do sistema do capital ao reconhecer que “toda a sociedade que assenta na produção de mercadorias tem como característica que nela os produtores perderam o domínio sobre as suas próprias relações sociais. Cada um produz para si com os seus meios de produção eventuais e para a sua necessidade particular de troca. Nenhum deles sabe a quantidade do seu artigo que vai ser posta à venda, qual a quantidade que realmente é precisa, nenhum deles sabe se há uma procura real do seu produto individual, se poderá cobrir as suas despesas ou se conseguirá mesmo vender alguma coisa. O que reina é a anarquia na produção social”. (ENGELS, 1975, p. 85).

e consumo, produção e controle, e produção e circulação, ao contrário de reestabelecer um equilíbrio sempre ameaçado.

O que não significa que as contradições sejam superadas. Atua sobre elas o efeito corretivo das contratendências, porém estas permanecem internalizadas no marco estrutural contraditório do sistema. E quando chegam ao ponto de provocar as crises da era da abundância produtiva, vemos repetir-se a circularidade viciosa das crises – recuperação, novo ciclo de crescimento –, para se retornar a uma nova situação de desequilíbrio e crise.

O ciclo de crise e retomada do crescimento que acompanha o capitalismo desde o século XIX, todavia, pôde-se estender com algum êxito até os anos 1970¹¹. As contradições, que exigiam a cada momento novas medidas saneadoras, repunham-se no tempo, em escala e profundidade crescentes, uma vez que tais contradições não são concretamente superadas e impulsionam o funcionamento do próprio sistema do capital. Marx, acerca dessa característica do capital, já havia alertado que “sua produção se move em contradições que são constantemente superadas, mas da mesma maneira são constantemente repostas” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

Durante toda a sua histórica, o capital, acrescenta Mézszáros, “nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições”. E continua:

Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é [1] intensificá-las, [2] transferi-las para um nível mais elevado, [3] deslocá-las para um plano diferente, [4] suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, [5] exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799-800).

O arsenal de medidas deslocadoras das contradições tende a esgotar-se e torna-se progressivamente menos eficaz, levando a uma mudança essencial no modo de manifestação das crises cíclicas. Com o passar dos anos elas revelam com profunda

¹¹ “Entre 1970 e 1990, a taxa de crescimento da economia mundial caiu pela metade da registrada nas décadas precedentes. Produziu-se uma sequência de crises econômicas, interrompidas por ‘recuperações’ frágeis e curtas. Para se contrapor à crise, o capital global levou a níveis recordes a acumulação de capital, com a elevação das taxas de exploração da força de trabalho (aumento da produtividade) e, conseqüentemente, a potenciação de novas crises.” (COGGIOLA, 2012, p. 16).

crueza a incapacidade e a impossibilidade do capital para ver as causas enquanto causas, e, portanto, de reconhecer os limites absolutos ao metabolismo social. Ao tempo em que protege, com todos os meios a seu alcance, sua reprodução ampliada, que sobrepõe sua lógica alienada de lucratividade a tudo, inclusive às necessidades sociais humano-genéricas e à preservação da vida natural – condições vitais à vida social.

Sobre as crises cíclicas

As crises que ocorreram até a derrocada final do feudalismo eram mais locais e mantinham uma estreita vinculação com a atividade agrícola, época em que a “produção de mercadorias destinadas fundamentalmente à troca não dominava o conjunto da vida social”. Tendo seu epicentro no setor rural, seus efeitos afetavam os demais espaços da vida econômica, provocando o agravamento dos problemas sociais e políticos e impulsionando os enormes revolucionamentos que culminaram com a Revolução Francesa, no século XVIII. Coggiola (2009) resgata a cronologia das crises do período de transição ao capitalismo, distinguindo-as¹² daquelas que se tornarão uma marca indelével do capitalismo dos monopólios, na virada do século XIX para o século XX:

A partir de 1870, os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises têxteis desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas superproduções relativas. Tiveram início então as “crises modernas”, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio. Embora cada crise apresentasse características próprias, correspondentes às conjunturas particulares nas quais se inscrevia, de uma maneira geral se faziam notar pela contração brutal da economia, dificuldade de escoamento da produção industrial, queda dos preços, falências de numerosas empresas, quebra da bolsa, desemprego e redução dos salários e tensões sociais. (COGGIOLA, 2009, p. 111).

Tais danos sociais advindos dos desequilíbrios da produção capitalista são imediatamente sentidos pela classe trabalhadora, pois é ela que absorve as maiores perdas em seu poder aquisitivo, nas condições e na oferta de trabalho, e no risco de reproduzir-se sem ter assegurado o mínimo para a sua subsistência. Da parte dos capitalistas, num

¹² “Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, os países manufatureiros europeus nos quais predominava a produção têxtil, França e Inglaterra especialmente, viram surgir outro tipo de crise: as denominadas ‘crises mistas’. Elas se distinguiam das primeiras por não estarem inteiramente determinadas pela conjuntura agrícola, embora o ‘mercado dos cereais’ ainda exercesse forte influencia sobre os rumos e ritmos da atividade econômica como um todo e da indústria leve de um modo particular.” (COGGIOLA, 2009, p. 110).

contraponto desigual em relação ao risco à existência social, o desastre econômico ceifa capital industrial excedente e financeiro-especulativo, impossibilitados, pela crise, de realizar seu fluxo de valorização num mercado saturado de mercadorias, sem a correspondente realização através do consumo das famílias e das empresas.

Esse cenário se repete de modo mais catastrófico na crise de 1929-1933. A essa altura não se previa quando nem como o ciclo das crises do capital, e suas contradições mal resolvidas, retornaria, nem mesmo sua extensão e duração.

Desde os economistas clássicos, acreditava-se que as leis do mercado dariam conta de remover as disfunções e desequilíbrios que advinham com as crises. O que se observava nestes momentos eram sintomas de desajustes conjunturais e naturais da economia de mercado, e, portanto, uma vez tomadas as medidas corretivas necessárias, o fluxo do crescimento retornaria a seu curso normal. Como o capital não pode reconhecer as determinações causais das crises, pois teria de questionar sua própria lógica reprodutiva (sua *causa-sui*, nos termos de Mészáros), só pode tratar de seus efeitos e consequências e aceitar apenas ajustes limitados no estrito interesse de sua dinâmica autoexpansiva. Desse modo, quando é desafiado pelas crises, sua capacidade interventiva é marcada por uma temporalidade “*a posteriori e retrospectiva*”. Não há nada para além dele a ser feito, somente mais do mesmo, no sentido da restauração e recomposição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 177).

Mészáros adiciona ainda o fato de que:

Dadas as suas determinações estruturais fundamentais, às quais deve se adaptar tudo o que existe sob o sol, o modo de funcionamento do capital só pode ser *reativo e retroativo*, mesmo quando os defensores do sistema falam – muito inadequadamente – de sua “reestruturação” benéfica. Na realidade, nada pode criar uma abertura real. O impacto de eventos históricos inesperados – que surjam, por exemplo, de uma grande crise – mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimido de volta em seu molde estrutural preexistente, tornando a *restauração* uma parte constituinte da dinâmica normal do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 177).

Foi assim que as “personificações do capital” nos EUA enfrentaram a crise de 1929. O país viu-se surpreendido por seu efeito devastador, sem detectar os sinais que já se anunciavam antes da famosa quinta-feira negra (24 de outubro de 1929), quando a Bolsa de Valores de Nova Iorque despencou, resultando numa grande crise e gerando pânico geral. Galbraith, em seu estudo sobre a Grande Crise de 1929, afirma que num

primeiro momento, “muitos evitaram reconhecer os problemas que estavam a explodir”. Tentou-se minimizar os efeitos do estouro da Bolsa como algo possível de ser contido. Chegou-se a afirmar que “o mercado de ações era meramente a espuma, e que a verdadeira substância da vida econômica consistia na produção, no emprego e nas despesas de consumo, e nenhum destes factores seria afetado” (GALBRAITH, 1972, p. 150).

A crise de 1929 durou quase dez anos e só vai encontrar as condições adequadas para lograr a restauração do sistema após nos levar à devastação da Europa e à morte de milhões de pessoas com a 2ª Guerra Mundial. A devastação econômica foi de uma abrangência ainda maior que as crises cíclicas anteriores, segundo Galbraith (1972), desempregando 40 milhões de trabalhadores em diversos países. Nos EUA, considerado à época o “centro da economia mundial”, com posse de 45% do ouro mundial, 4 mil bancos foram à falência, os salários caíram 40%, 14 milhões de trabalhadores foram jogados no desemprego e a renda nacional reduziu-se em 50%. A crise espalhou-se pelo restante dos países europeus, provocando o alastramento do desemprego, a queda das exportações e da produção industrial, alcançando em 1932 seus índices mais baixos.

No período imediatamente anterior, os EUA viviam um *boom* econômico, com altas taxas de crescimento entre 1921 e 1929, em boa parte movido por “impulsos artificiais”, o que não se pôde sustentar quando se deu a combinação explosiva de três fatores geradores de desequilíbrio: uma superprodução agrícola, um crescimento da produção industrial, sem a contrapartida de um crescimento proporcional da capacidade de consumo (a despeito do crescimento dos salários), o que impediu a realização do valor das mercadorias superproduzidas¹³.(Mello; Costa, 1993).

A Crise de 1929 e seus desenvolvimentos posteriores comprovam que o desequilíbrio entre produção e consumo constituiu apenas um limite relativo, passível de sua ultrapassagem e impulsionador de um novo ciclo de crescimento do capital, lançando-o a um patamar superior de reprodução ampliada sem igual (os 30 anos dourados) no pós-Segunda Guerra.

¹³ Conforme os dados fornecidos por Mello e Costa (1993, p. 252), havia uma desproporcionalidade entre a produção industrial e a capacidade de consumo, apesar da euforia do *boom* econômico e do crescimento dos salários: “enquanto o valor dos produtos industriais subiu cerca de 10 bilhões de dólares entre 1923 e 1929, o aumento global dos salários não foi além dos 600 milhões” – a demanda não acompanhou a produção.

Uma crise cíclica, como a de 1929, deixou “um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla”. Os limites relativos¹⁴, ressalta ainda Méészáros em sua caracterização do caráter cíclico da crise, “parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 793/798).

A capacidade de deslocar as contradições imediatas e desobstruir os bloqueios à autoexpansão do capital é o que marca a distinção entre este tipo de crise e uma crise estrutural. Não se trata de uma distinção formal, nem mesmo de uma classificação baseada em indicadores temporais ou espaciais mensuráveis, que possa esclarecer a verdadeira diferença ontológica entre elas. Enquanto o sistema conseguir deslocar/transferir as contradições, por meio da expansão em escala sempre superior ao período anterior, evitando que se transformem em barreiras a seu desenvolvimento “natural” ou que o impeçam de manter “o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento”, “não pode haver qualquer crise estrutural”¹⁵ (MÉSZÁROS, 2002, p. 103/798). Considerem-se, ademais, os mecanismos de restauração operados pelo sistema.

De acordo com Méészáros,

as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) (MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

¹⁴ Compreendem-se como limites relativos aqueles “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

¹⁵ De outra maneira, ao se referir à crise de 1929-33, destaca Méészáros, como já mencionado: “O fato é que, por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise *estrutural*, ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital (...)”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 793).

Durante algum tempo, o sistema do capital pôde desvencilhar-se das contradições geradas pela prevalência do valor de troca e do valor que se autovaloriza, em detrimento do valor de uso, das necessidades humanas e do consumo real dos indivíduos, os verdadeiros objetivos do metabolismo social com a natureza desde tempos imemoriais. Pôde ampliar sua capacidade produtiva e alterar seu funcionamento, ultrapassando os desajustes entre produção e consumo/realização, aumentando a produtividade do trabalho, utilizando os recursos políticos, econômicos e militares do Estado para absorver o excedente de mercadorias e de capital numa escala gigantesca (o complexo industrial-militar, o *New Deal* de Roosevelt, o *Welfare State*, que é o caso mais exemplar enquanto durou, a “modernização” do “Terceiro Mundo” etc.), promovendo uma política de conciliação de classe nos países desenvolvidos à custa da mais-valia extraída dos trabalhadores da “periferia” do mundo, e, por fim, amortecendo a luta de classes com a incorporação de parte significativa da classe trabalhadora como beneficiária do consumo de massas, ainda que sempre subordinada a seus critérios de lucratividade.

Esse arsenal de medidas cumpriu sua função e levou muitas forças de esquerda a acreditarem que o capitalismo humanizado (por via do consumo de massas?) poderia, ao ser estendido progressivamente, realizar os princípios do socialismo democrático. As reformas seriam mais eficazes que o confronto de classes direto com o capital, e se poderia controlar o impulso alienante e concentrador do capital na esfera econômica, através de mediações políticas tal como a luta parlamentar.

O período da estratégia anticíclica do sistema do capital, do pós-Segunda Guerra até o início da segunda metade do século XX, e as posições de rendição adotadas no período pelos representantes de seu antagonista de classe – o trabalho – resultaram na “revitalização” do capital e não em uma progressão ao socialismo com o fortalecimento e a autonomia da classe trabalhadora para empreender a luta por sua emancipação. Os ganhos materiais e políticos obtidos à época¹⁶ estavam em perfeita consonância com as margens de lucro em recuperação pós-crise e serviam à necessidade de se criar um consumo de massa para uma produção de massa. Foi o que gerou a base material para a

¹⁶ Um estudo crítico sobre o verdadeiro significado do *Welfare State* para os trabalhadores do mundo, baseado numa farta documentação de pesquisa, pode ser encontrado em Lessa (2013).

ascensão e o predomínio do reformismo ¹⁷, fortemente influente no movimento internacional dos trabalhadores até os dias de hoje. (MÉSZÁROS, 2002, p. 896)

De maneira distinta das crises cíclicas anteriores, pôde-se contar com um equilíbrio temporário, sustentado pela estratégia keynesiana, ao utilizar-se o poder do Estado e sua intervenção direta na ativação da economia como corretivo do automatismo do mercado, incapaz de contornar, sozinho, as contradições do sistema. O capital estendeu ao máximo o uso de todos os recursos disponíveis, ao tempo que aumentou a escala da produção, gerando um consumo artificial desmedido, a ponto de esbarrar no limite do consumo real dos indivíduos (não havia mais como manter o alto consumo) e esgotar a ocupação dos territórios e mercados do planeta – a “invasão pelo capital de tudo o que poderia ser invadido ou usurpado”. Não restava mais nada a ocupar na escala necessária. (MÉSZÁROS, 2002, p. 267)

A partir dos anos de 1970 é que mais claramente se pode perceber uma inflexão radical na natureza do sistema do capital, que o faz transitar, movido por suas contradições imanentes insanáveis estendidas e aprofundadas no tempo, de uma produção genuína (e seu “papel civilizador”) a uma produção destrutiva.

Para Mézáros,

o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital mediante formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção genuína*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

A produção genuína, até aqui, pôde coincidir com a autorreprodução ampliada do capital, promovendo a expansão do círculo de consumo a espaços ainda integráveis ao mercado interno e ao mundial, pois dependia da produção e da ampliação do consumo real do valor de uso e da produção da abundância. Enquanto havia territórios ainda a ser conquistados, nada impedia a continuidade da acumulação e a superação das crises temporárias, sempre alcançando novos índices de crescimento da riqueza. Mas esse período de ascendência do capital não pôde durar indefinidamente, como acreditavam os

¹⁷ Acerca da relação entre reformismo e sua relação com a base material da fase de ascensão do capital, em Mézáros, ver a tese de doutorado defendida por Melo (2017), na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

economistas clássicos. Medidas novas tiveram de ser tomadas para administrar um novo tipo de crise que se anunciava: uma crise estrutural.

A imposição do que Mészáros denomina de “*autorreprodução destrutiva*” exige uma reformulação incontornável das estratégias perpetuadoras da acumulação e da expansão requeridas. A reestruturação das relações de produção e sociais de trabalho, exigência para se enfrentar os problemas de crescimento da acumulação herdados da falência do *Welfare State*, acentuou a busca pelo aumento da produtividade por meio da inovação tecnológica e da intensificação da redução do tempo de trabalho necessário. Trouxe, por consequência, a redução de postos de trabalho, empurrando enormes contingentes de trabalhadores para as fileiras do desemprego, que a essa altura já se apresentava como uma tendência ao desemprego crônico.

Nos termos de Mészáros, o sistema começa, paradoxalmente em seu próprio benefício, a “estipular a brutal ejeção de um número crescente de pessoas do processo de trabalho”, ativando uma “contradição antagônica” no interior do próprio sistema. O modo de operação do capital se nutre assim de uma inevitável tendência à “taxa de utilização decrescente” do trabalho. Gera uma nova modalidade de contradição interna, pois, “de um lado, encontramos o apetite *sempre crescente* do capital por ‘consumidores de massa’, enquanto, de outro, a sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 694/673).

Curiosamente, parece haver passado despercebido, ou ser inevitável, o fato de os trabalhadores desempenharem um duplo papel – de produtor e de consumidor – e, ao reduzir-se a massa de salários em relação ao capital superproduzido, novamente se repor a contradição estrutural entre a produção e o consumo/realização.

Forçosamente o sistema do capital continua seu fluxo reprodutor de mercadorias e de lucro, encontrando novas formas de evadir-se dos constrangimentos do consumo real; promovendo a destruição direta de riqueza acumulada, e gradativamente de suas fontes primárias de riqueza (a força de trabalho e a natureza); instaurando a produção perdulária, juntamente com a “*aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já existente*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo”; determinando “a *restrição artificial* do círculo de consumo e a *exclusão* dele das massas

‘desprivilegiadas’ (isto é, a esmagadora maioria da humanidade)”; reduzindo a vida útil das mercadorias mediante a obsolescência planejada, entre outras perversas medidas que se juntam ao desemprego estrutural na esfera global (MÉSZÁROS, 2002, p. 680/685).

Assim é que o precedente caráter civilizatório do sistema do capital que “representou um avanço histórico”, evolui para uma modalidade de produção destrutiva em que “a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*”, a tal ponto que, mantida esta tendência avassaladora e a crise estrutural que a acompanha, coloca-se na ordem do dia a ameaça de destruição da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 977/527).

A crise estrutural e as contradições imanentes do capital

A crise que acompanha essa evolução para a produção destrutiva muda substancialmente seu caráter em relação às crises anteriores. Ela se insere na história do sistema do capital como uma crise que expõe o esgotamento das medidas corretivas do passado e a eficácia deste modo de controle do metabolismo social para garantir a reprodução social da população planetária. Ao mesmo tempo em que a riqueza social total cresce e se concentra cada vez mais num reduzido grupo de privilegiados do sistema¹⁸, agravam-se os problemas sociais e expande-se a escassez¹⁹, numa clara negativa das aspirações originais capitalistas, que prometiam a abundância e a possibilidade a todos os indivíduos de usufruir de sua natureza essencialmente benéfica e progressista. Não é o que se pôde observar, uma vez que,

¹⁸ Os dados divulgados anualmente pela OXFAM, uma entidade reconhecida pela qualidade de suas pesquisas, e também, cabe ressaltar, pelo enorme esforço empenhado (em suas recomendações) na tentativa de encontrar saídas jurídico-legais distributivas e humanitárias para a crise estrutural do sistema do capital, são assustadores. O relatório de 2018 revela que “De toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foram parar nas mãos do 1% mais rico do planeta.”, num processo acelerado de concentração de riqueza que tem marcado os últimos anos. Acrescenta ainda que a “riqueza dos bilionários aumentou 13% ao ano, em média, desde 2010 – seis vezes mais rapidamente do que os salários pagos a trabalhadores, que tiveram aumento de apenas 2% por ano, na média, no mesmo período. Enquanto isso, mais da metade da população mundial vive com renda entre US\$ 2 e US\$ 10 por dia”. (OXFAM, 2018)

¹⁹ No sentido analisado por Mézáros, uma escassez, “primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais *causada pelos-homens* de forma paradoxal e assustadora”. Em razão da história presente, pois sob a ordem do capital, o “domínio do homem sobre a natureza”, frágil e de muitas maneiras ilusório” é realizado “estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção de mercadoria”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 608-609).

Enquanto os apetites naturais são limitados, o apetite do capital para a expansão assim como o impulso de suas personificações para a acumulação de riqueza sob o imperativo da expansão do capital são ilimitados. Por isso a escassez não deve ser simplesmente reproduzida, mas reproduzida com ímpeto e em escala sempre crescentes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 951).

A legitimidade da ideia de crescimento e desenvolvimento para todos, ainda que sob o manto da desigualdade natural, é superada com a crise estrutural, já que a expansão do valor de troca resultou em desperdício e na transformação da sociedade da “abundância em uma ilha” (MÉSZÁROS, 2007).

A crise estrutural espalha-se por todos os âmbitos da atividade produtiva e reprodutiva e se manifesta como uma crise que “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos”. Exatamente porque funciona “como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

As contradições do capital que se avolumam e encontram sua aparente superação com o avanço da produção destrutiva e perdulária, num equacionamento frágil da contradição fundamental entre produção e consumo, somente podem livrá-lo, “*por enquanto*, dos colapsos espetaculares do passado”, substituindo a “anormalidade” das crises periódicas pela manifestação de distúrbios notificados por “doses diárias menores”, constituindo um “padrão linear de movimento” e, portanto, instaurando um quadro de normalidade em meio a uma instabilidade permanente (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

A crise estrutural, em relação às crises do passado, é impulsionada pelo bloqueio dos canais de deslocamento, na escala necessária, das contradições iminentes do capital, impedindo-o que prolongue indefinidamente seu sempre recuperável movimento rumo à ascensão em cada crise superada.

Por isso, e por tudo o mais já mencionado, a instauração da crise estrutural exige um acurado exame para que se possa detectar o que traz de “novidade histórica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795), como se manifesta, e como sua superação coloca a exigência para que se abra uma criativa e inovadora fase histórica de confrontos de classe do trabalho contra o capital, reorientando sua energia política estratégica e organizativa,

da fase de colaboração reformista na revitalização do sistema do capital, para uma ofensiva socialista – que torne possível se ir para além do capital.

Mészáros enfatiza, no entanto, que a

atualidade histórica da ofensiva socialista – dada a exaustão das concessões interesseiras que o capital podia fazer no passado a um movimento do trabalho defensivamente articulado – não significa que o sucesso esteja assegurado nem que sua realização esteja próxima. “*Histórica*”, aqui, significa, por um lado, que a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na organização e a orientação do movimento socialista se apresentou na agenda histórica; e, de outro lado, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados. O percurso à frente é provavelmente muito árduo e, certamente, não tem atalhos nem pode ser evitado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 858).

Ignorar as alterações substantivas na natureza da crise estrutural pode provocar uma danosa desorientação da classe trabalhadora, até mesmo em seus embates mais cotidianos, levando-a a iludir-se de que ainda há espaço para conquistas materiais e políticas duradouras e cumulativas, ou para a reconquista dos direitos usurpados no interior do ordem do capital. Isso a torna mais vulnerável e despreparada para enfrentar o aprofundamento da crise estrutural, que o capital não consegue conter, pois não dispõe dos recursos apropriados para controlá-la, em níveis administráveis, por muito mais tempo.

Não é incomum que se negue que estamos vivendo sob o peso de uma crise estrutural. Por um lado, a gravidade da crise estrutural é minorada, por não se constatar como seu *modus operandi* as grandes explosões das crises do passado, como o caso emblemático da crise de 1929. Por outro lado, considera-se a eclosão da crise financeiro-imobiliária de 2008 nos EUA, que se espalhou pelo resto do mundo em ondas de intensidade variada, como sendo aquela que inaugurou o período da recente grande crise (estrutural?) do capital. Para muitos, a partir daí é que se passa a levar a sério, junto a uma crença na possibilidade de recuperação das taxas de lucratividade do passado, os períodos recorrentes de desestabilização financeira amplificada do capital, enquanto modo de controle dominante do metabolismo social. Pouco se deu atenção ao fato de que a explosão da “bolha” imobiliária, em 2008, antes de ser causa, foi consequência das desmedidas ações implementadas de duvidosa eficácia para a ativação artificial da

circulação/realização do excesso de mercadorias e capitais, nos anos imediatamente precedentes. Mais ainda, que os fundamentos desse longo processo de crise são identificáveis muito antes dos anos 2000. A crise de 2008 nada mais foi, em seu modo peculiar, do que uma explosão de sintomas represados da crise estrutural do sistema do capital²⁰.

A crise de 2008, a despeito da disponibilidade astronômica de recursos monetários e político-estatais mobilizados para a preservação do sistema bancário americano e mundial, proporcionou apenas um pequeno alívio ao cataclismo financeiro que renunciou, mas não alterou, as causas que continuam em operação – apenas temporariamente controladas –, exigindo, em seguida, a permanente procura por novas válvulas de escape ou o uso de outros “expedientes evasivos”²¹.

Passados dez anos, a “calmaria” aparente do sistema não é uma garantia de que tais desajustes e contradições não retornarão “como uma vingança” (MÉSZÁROS, 2009, s/p). A ausência de explosões das contradições por meio de crises, como era comum no período das crises periódicas, não significa que o sistema recuperou sua capacidade ascendente de acumulação e descobriu novos meios a-problemáticos e suficientes de expansão.

A crise estrutural se manifesta de forma diversa e surpreendente, levando Mézszáros a considerar que

Seria (...) um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada. (MÉSZÁROS. 2002, p. 697).

²⁰ “Em 1973-1975, com a recessão, terminou o período chamado ‘os trinta gloriosos’, cujo fundamento foi – nunca é demais repetir – a imensa destruição de capital produtivo e meios de transporte e comunicação provocada pelo efeito sucessivo da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial. O capital encontrou-se novamente confrontado com suas contradições internas, sob a forma do que alguns chamaram de ‘crise estrutural do capitalismo’”. (CHESNAIS, 2012a, s/p).

²¹ “No final de 2008 e 2009, houve uma destruição de ‘capital físico’, de capacidades de produção na Europa e EUA. Os efeitos de saneamento com vistas a uma ‘recuperação’ foram contrapostos pela continuação da acumulação na China. De 2000 a 2010, o crescimento do investimento fixo bruto na China foi de uma média de 13,3% ao ano, de tal modo que o percentual de investimento fixo no PIB saltou de 34% para 46%. Esta expansão do investimento não se deve tanto ao aumento dos gastos públicos, mas, antes, é o resultado de mecanismos profundos, reveladores de processos descontrolados, ou deve-se a um verdadeiro expediente evasivo.” (CHESNAIS, 2012a, s/p).

O que permanece determinante no histórico de crises do capital é o fato de que as contradições provocadas pela sua autovalorização alienada, subsumindo as necessidades sociais e o critério produtivo ao valor de troca, junto à ação destrutiva do trabalho com o aparecimento do “desemprego estrutural” e à degradação do meio natural, não desaparecem; apenas se repõem de maneira mais agravada, e, no caso da crise estrutural, transformam-se em limites absolutos – estruturais²². Esses limites absolutos, quando ativados no contexto da crise estrutural, significam, por um lado, um impactante obstáculo à autorreprodução do capital, e não há como desativá-los, pois expressam contradições insuperáveis do sistema; e, de outro lado, são agravados, ao exigirem a manipulação de recursos cada vez mais vultosos, com reduzida capacidade de atenuação dos conflitos daí resultantes.

Diferentemente das crises anteriores, uma crise estrutural se defronta com os limites últimos da totalidade do sistema, os quais não pode respeitar, pois, de acordo com sua própria lógica, é impulsionado a ir para além deles²³. Deve-se evitar a qualquer custo, sem avaliação das consequências futuras, que tais limites se transformem em bloqueios permanentes e se interponham no caminho da autoexpansão do capital.

Para isso, o capital, em crise estrutural, tem contado cada vez mais com a ajuda do Estado capitalista, que passa a agir não mais apenas em “situações de emergência, mas em base contínua”, com o intuito de “promov[er] e dirig[ir] (...) o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental” (MÉSZÁROS, 2002, p. 700).

²² Mézáros se refere a um conjunto de quatro determinações, que atuam não isoladamente, mas em interação recíproca, incidindo na ativação dos limites absolutos do sistema do capital: “1. a contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais; 2. a tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza; 3. a emancipação das mulheres é impossível de avançar da ‘igualdade formal’ à igualdade real, da mesma maneira que esta não pode ser concedida à força de trabalho em geral; 4. o desemprego em massa, que assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 227/250/268/225).

²³ “Significa simplesmente que a tripla dimensão interna [produção e controle, produção e consumo e produção e circulação/distribuição/realização] da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores.” Com a crise estrutural, a “situação muda radicalmente, (...) quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras (...). A partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799-800).

O efeito atenuador da ajuda do Estado não tem sido suficiente para impedir o agravamento da crise estrutural, ao contrário, ela se estende também a uma crise da política (torna-se “uma verdadeira crise de dominação em geral”), dado o lugar peculiar que o Estado ocupa na sustentação da totalidade do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

De acordo com o estudo de Mézáros sobre a crise estrutural,

seria um milagre absoluto se essa crise não se manifestasse – e de facto num sentido profundo e amplamente abrangente – no domínio da política. Pois a política, em conjunto com o seu enquadramento legal correspondente, ocupa uma posição vitalmente importante no sistema do capital. Isto se deve ao facto de o Estado moderno ser a estrutura de comando político totalizadora do capital, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de coesão (ou uma unidade de funcionamento eficaz) – mesmo numa bastante problemática e periodicamente avariada – dentro da multiplicidade de constituintes centrífugos (o “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2006, s/p).

Diante disso, podemos falar de uma crise estrutural também da política, a qual, tal como a crise estrutural da totalidade do sistema, não tem como ser resolvida isoladamente ou no interior dos parâmetros reprodutivos da ordem estabelecida. Para Mézáros, a “crise estrutural da política é uma parte integrante da há muito supurada crise estrutural do sistema capitalista. É omnipresente e, conseqüentemente, não pode ser resolvida através da manipulação autoperpetuadora e apologética de qualquer dos seus aspectos políticos isolados” (MÉSZÁROS, 2006, s/p).

Isso não quer dizer que mediante a dinâmica do conjunto de contradições que caracterizam a essência da crise estrutural não se obtenham alguns “sucessos conjunturais, como resultantes de uma relativa ‘reversão positiva’, no devido tempo, de determinantes meramente cíclicos da crise atual do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 810). Em situações semelhantes, cujas manifestações fenomênicas positivas podem nos confundir, desconsidera-se a evidência concreta de que esses sucessos são parciais e insuficientes para alterar os determinantes estruturais da crise estrutural e podem apenas desviar nossa atenção da progressão contínua dos profundos problemas sociais de nossa época. O capital consegue “manipulá-las [as contradições] aqui e ali, mas elas voltarão como uma vingança” (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

Em conformidade com o exposto até aqui, não é demasiado concluir, como Mézáros o faz sem hesitação, que o capital, por gerar as próprias contradições que o sustentam e por não ter interesse algum em intervir na causalidade da crise, em razão de sua *causa sui* (autovalorização alienada do valor), faz com que a crise estrutural visível há mais de 40 anos “[ponha] em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

A crise estrutural é a expressão do esgotamento deste modo de controle do metabolismo social, uma vez que já não conta mais com os recursos necessários que, de alguma forma, no passado puderam servir de alavanca impulsionadora à restauração do sistema. Está em operação um conjunto de contradições sem possibilidade de reversão, que aponta para a necessidade de respostas radicais, “já que os amedrontadores e sempre crescentes poderes de destruição que se acumulam (...) podem nos precipitar na ‘barbárie’ de Rosa Luxemburgo, em vez de garantir o final socialista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 558).

Para Mézáros,

Apesar disso, podemos falar da era de transição ao socialismo, com base no fato de que o capital conta com uma margem cada vez mais perigosamente *estreita* de alternativas viáveis à plena ativação de sua crise estrutural. Assim:

- o *encolhimento* do tamanho do mundo diretamente controlado pelo capital privado no século XX;
- a enorme magnitude dos *recursos* necessários para o deslocamento das contradições, limitados pela redução crescente e ameaçadora da *lucratividade*;
- a *saturação* lentamente emergente da estrutura global da produção de capital rentável;
- as dificuldades crônicas encontradas na, e geradas pela, elevação da renda necessária para manter em existência as seções *parasitárias* do capital, às expensas de sua parte *produtiva*;
- o perceptível enfraquecimento do *poder ideológico* das instituições manipuladoras (que foram originalmente estabelecidas nas circunstâncias da expansão econômica do pós-guerra e seu irmão gêmeo: o “Estado de bem-estar social”) em tempo de recessão e crescente “desemprego estrutural”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 558-559).

Esses determinantes objetivos, que apontam para um cenário favorável às forças antagonistas do trabalho, carecem de uma consciência socialista e de meios organizacionais correspondentes aos desafios postos no caminho de uma transcendência

positiva do conjunto de contradições do capital que ameaçam a história presente. Desse modo, podemos evitar descaminhos retardadores de uma alternativa socialista; no entanto, não se trata apenas de constituir uma subjetividade revolucionária comprometida com seu tempo e o futuro a construir. É “o caráter objetivo das novas condições históricas que *por fim* decide a questão, não importando quais sejam os atrasos e desvios que possam acompanhar as circunstâncias dadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

Diante desse quadro histórico de crise profunda, Mézáros coloca como inevitável reconhecer que somente “soluções estruturais” podem gerar as condições necessárias para a superação da crise estrutural e, portanto, do “complexo global envolvido” – o sistema do capital em sua totalidade.

A possibilidade de vitória em algumas batalhas poder nos levar a “ganhar a guerra” torna-se historicamente viável com a crise estrutural. Deve-se, entretanto, atentar para o realismo da ressalva de Mézáros:

como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o “salto para o desconhecido”, é mais provável que se prefira seguir a “linha de menor resistência” ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas. Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

A crise estrutural e a possibilidade da revolução social

A distinção entre crise cíclica e crise estrutural só tem alguma valia teórico-política se nos favorecer na compreensão de suas determinações e diferenças essenciais e nos orientar na constituição dos meios adequados para se enfrentar os graves desafios atuais à sobrevivência da humanidade. Como também se nos tornar capazes de dar respostas positivas para a constituição de um novo tipo de metabolismo social, no qual: os produtores realizem a reintegração consciente entre “produção e controle”, readquirindo o poder sobre sua existência social; possam impor novos valores autodeterminados na relação entre “produção e consumo”; e possam imprimir a igualdade substantiva (não a formal liberal) como critério inegociável na distribuição do resultado da produção associada dos produtores diretos (“produção e distribuição”). A relação homem-natureza, fundada no trabalho social, igualitário e universal, somente se tornará

realidade quando se puder efetivamente superar as contradições destas três dimensões fundamentais da vida social.

Não é de nosso interesse, neste artigo, abordar todos os elementos que ocupam o vasto debate teórico sobre as crises do passado e do presente no capitalismo. Temos como objetivo inserir neste debate a contribuição de Mészáros, ainda que de forma introdutória, pois nos parece, não poucas vezes, ser mal compreendida ou inapropriadamente utilizada e difundida. Como já mencionado, pode-se encontrar a utilização do conceito de crise estrutural ou sistêmica, sob uma perspectiva lógico-formal, carente de determinações ontológicas, concebendo-a como similar a alguma outra do passado²⁴ ou confundindo-a com crises recentes, como a de 2008, nos EUA²⁵.

A exclusão da análise orientada pela totalidade²⁶ e por seus determinantes fundamentais, não apenas conjunturais, do período de crise que vivemos desde os anos de 1970, impossibilita ao antagonista de classe do capital – o trabalho – avaliar com precisão e objetividade as manifestações da crise estrutural e do conjunto de suas contradições insanáveis. Sem dúvida, a investigação profunda do significado destas explosões localizadas como a de 2008 é da maior importância, mas não será com o foco nelas, na sua parcialidade, por maior que seja seu impacto, que se poderá compreender a sucessão de crises registradas na história do capitalismo desde o século passado.

Apenas para exemplificar, podemos listar as crises da dívida externa dos países latino-americanos (1982), do México (1994), dos Tigres Asiáticos (1997), da Rússia

²⁴ Conceituação não compartilhada por Coggiola, quando afirma que as “crises do século XXI (novas tecnologias, *subprime*, produtos financeiros derivados, dívida pública) concentram todos os aspectos que as crises precedentes conseguiram, até certo ponto, encarar separadamente”. (COGGIOLA, 2012, s/p).

²⁵ Em *A Crise Mundial e o Brasil*, Coggiola parece aproximar-se da compreensão de que vivemos uma crise estrutural, por uma via paralela à de Mészáros: “Os fundamentos do capitalismo estão questionados. Não é a crise financeira o que origina a recessão: o que faz a crise financeira é ilustrar que a fuga para o endividamento, que permitiu superar temporariamente a sobreprodução, não pôde prosseguir eternamente. A base das contradições do capitalismo, a sobreprodução de mercadorias e a consequente sobreacumulação de capitais, a incapacidade dos mercados de absorver as mercadorias produzidas (bens de consumo e de capital), voltam ao primeiro plano”. (COGGIOLA, 2012, s/p).

²⁶ Não se trata de uma questão metodológico-ontológica de menor importância. Ao contrário, Mészáros nos alerta com precisão que “Sem se compreender as conexões sistêmicas globais e as implicações dos eventos específicos e os seus desenvolvimentos, perdemos de vista as mudanças realmente significativas e as correspondentes alavancas de potencial intervenção estratégica para afectá-las positivamente, no interesse da necessária transformação sistêmica. A nossa responsabilidade social consequentemente requer uma consciência crítica intransigente da inter-relação cumulativa emergente, ao invés de procurar garantias reconfortantes no mundo da normalidade ilusória até a casa desabar sobre as nossas cabeças”. (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

(1998), das Bolsas das empresas dot.com (2000), da Argentina (2001), dos EUA (2008), entre outras. Ninguém menos que o ex-secretário do Tesouro dos EUA, economista-chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, afirmou, segundo Coggiola, que “Durante os últimos 20 anos, grandes distúrbios financeiros ocorreram aproximadamente a cada três anos. Se iniciarmos a contagem a partir da crise do petróleo, de meados da década de 1970, teríamos 17 eventos de crise em três décadas e meia, um a cada dois anos, em média; as crises passaram a ser a regra da economia mundial” (COGGIOLA, 2012, s/p).

O que uma concepção equivocada dessa sucessão de crises pode provocar de descaminhos na definição das estratégias de luta da classe trabalhadora é uma das mais graves consequências. Compartilhamos a ideia, desde Marx, que somente a classe trabalhadora, e, em especial, o proletariado, é a classe historicamente desafiada a ir além do capital, e não apenas do capitalismo. O que, a esta altura da crise estrutural, significa dizer ser ela a única capaz de construir uma alternativa positiva ao metabolismo social do capital; este não pode nos oferecer nada mais que crise permanente e destruição.

Compreender os desafios da história presente implica reorientar as estratégias de luta do passado, sob o efeito das crises cíclicas. Naquelas circunstâncias históricas peculiares, o crescimento e a estabilidade temporária do sistema como um todo puderam absorver muitas das reivindicações defensivas do movimento operário, ainda que de forma desigual entre os trabalhadores dos países desenvolvidos e os da periferia. Não devemos esquecer que os ganhos obtidos, enquanto puderam ser mantidos, favoreceram também os ganhos ascendentes dos capitalistas.

Cabe ressaltar que um indicador mais real do avanço da luta defensiva dos trabalhadores, enquanto oposição de classe ao capital social total (não apenas a suas seções nacionais), é a relação de proporcionalidade destes ganhos com a acumulação do capital – o salário relativo²⁷ –, e não as conquistas no campo jurídico-legal, as quais podem conter demasiados estratagemas para a recuperação posterior da lucratividade do capital em relação aos ganhos obtidos, além de também poder ser revogadas na esfera da política institucional – no Estado. O aumento da taxa de exploração dos trabalhadores na

²⁷ Segundo Marx, “O salário é determinado, antes de tudo, por sua relação com o lucro do capitalista; é um salário relativo. O salário real expressa o preço do trabalho em relação ao preço das demais mercadorias, enquanto o salário relativo expressa a participação do trabalho no novo valor criado por ele, em relação à participação que, nesse novo valor, cabe ao trabalho acumulado, ao capital”. (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 245-246). Ver mais sobre o tema em Paniago (2017a)

periferia do capitalismo para financiar a cooptação dos trabalhadores dos poucos países desenvolvidos em que vigorou o *Welfare State* é uma prova irrefutável dessas estratégias.

Por mais combativa que tenha sido, em muitos momentos e lugares, a luta dos trabalhadores por direitos sociais e ganhos materiais, no momento em que as vantagens antes obtidas pelo capital (que acabaram por promover a revitalização da acumulação do capital) declinaram, a base material da crença reformista nos benefícios da política de conciliação de classes, do consenso e das lutas defensivas também ruiu.

A questão fundamental é que o sistema do capital alterou sua estratégia como uma autodefesa contra uma crise prolongada, acentuando o seu caráter destrutivo, o que impossibilita um retorno aos “anos dourados” do capitalismo. A acumulação e a expansão, que continuam incessantemente, não podem mais repor as taxas de lucratividade na escala ascendente requerida pela acumulação ampliada do capital. A ordem do dia no mundo é a elevação das taxas de mais-valia, atropelando todas as lutas de resistência da classe trabalhadora – despreparada que foi, ao crer que poderia controlar politicamente, com as lutas e as conquistas defensivas, o apetite insaciável do capital para acumular a riqueza alienada do trabalho.

Muito há para investigar sobre as consequências da estratégia defensiva que tem predominado no movimento internacional dos trabalhadores, e mesmo sobre forças do trabalho que se pretendiam alternativas a ela, mas que pouco puderam influir para a reversão da hegemonia reformista. Sobre esse tema não podemos ir adiante. O que podemos constatar no escopo deste artigo, entretanto, é que da ilusão reformista do movimento do trabalho passamos a uma cegueira paralisadora diante das transformações na estratégia acumulativa do capital em crise estrutural.

Hoje, o capital não pode sequer aproveitar-se das conquistas anteriores do trabalho para impulsionar a sua autoexpansão, como fez sob a política de consenso. O neoliberalismo – expressão político-econômica da fase da produção destrutiva – tenta há mais de 40 anos tirar o sistema do capital da crise estrutural. E não consegue, se observados a sucessão de crises interminável já mencionada e o acirramento desmedido da concorrência no mercado mundial.

O que interessa destacar é que não há mais espaço para ganhos materiais “desiguais e combinados” entre o capital e o trabalho. Ainda que eventualmente isso

possa ocorrer, não serão suficientes para evitar uma confrontação antagônica, em que o capital procura estender seu controle sobre o metabolismo social ao limite da destruição da humanidade, e o trabalho, para garantir sua existência social, pois não há mais trabalho para todos, terá de enfrentar o capital enquanto tal, e não apenas as modalidades de capitalismo mais ou menos democráticas.

A democracia burguesa e o Estado têm desempenhado um papel fundamental na proteção dos interesses do capital, numa situação de crise estrutural que não pode ser controlada nem superada, restando como alternativa a transferência dos vultosos custos da crise aos trabalhadores em geral. Mas isso se estende até que se defronte com uma situação-limite que ultrapasse o suportável – tanto para o trabalho como para a autorreprodução do capital. Segundo Mészáros, a “verdade é que existe um *limite* além do qual acomodações forçadas e a imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos e *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

Devemos preparar-nos para a construção de alternativas que possam resolver positivamente os antagonismos do sistema e interromper sua tendência destrutiva. A condição histórica que vivemos e a crise cujo agravamento penaliza os trabalhadores – aqueles que nada têm a ver com sua origem e desenvolvimento – exigem não apenas resistência à dominação do capital, mas a constituição de uma ofensiva socialista que vise realizar uma “reestruturação radical” do modo de vida, possibilitando que a reprodução social passe para o controle dos produtores e supere o capital enquanto um “sistema orgânico”.

Mészáros reivindica essa visão de totalidade tão cara a Marx, alertando para a necessidade de, no processo de transformação socialista, o capital “ser superado como um *sistema orgânico*, já que suas partes constituintes sustentam-se reciprocamente – em vez de limitar a mudança apenas à sua dimensão jurídica, enquanto mantém intacta em seus muitos aspectos a relação-capital herdada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 706).

A eclosão da crise estrutural no sistema do capital traz à ordem do dia a possibilidade de se avançar das revoluções políticas do passado à revolução social, conforme a formulação de Marx (1995). Do mesmo modo, coloca a necessidade de se

incorporar as lutas defensivas à direção estratégica de uma ofensiva socialista, cujo objetivo seja garantir a continuidade da vida social sob uma “nova história”.

Em vista de todos esses desenvolvimentos objetivos da trajetória incontrolável e destrutiva do capital, a compreensão dos fundamentos ontológico-históricos da crise estrutural, em Mészáros, assume uma importância primordial. A ela estão diretamente articulados, e assim ganham sentido e força objetiva, a “atualidade histórica” da reorientação estratégica defensiva da luta dos trabalhadores para a uma luta ofensiva socialista; a inevitável e urgente autocrítica teórico-política a ser feita pelo “marxismo” reformista e derrotista de todos os matizes, que tem predominado no movimento internacional dos trabalhadores; e a possibilidade da revolução social, que antes da crise estrutural, viu-se inviabilizada de obter êxito e de abrir o caminho a uma “nova história”.

Podemos verificar, nesta longa e esclarecedora citação de Mészáros, o peso e a relevância destas novas demandas teóricas e estratégicas para a classe trabalhadora revolucionária:

qualquer mudança que ocorra em um componente particular só pode se tornar algo puramente efêmero, a menos que possa reverberar plenamente por todos os canais do complexo institucional total, dando assim início às mudanças exigidas no sistema inteiro de totalizações recíprocas e interdeterminações. Como insistiu Marx, não bastava ganhar “lutas de guerrilha”, que poderiam ser neutralizadas e mesmo anuladas pelo poder de assimilação e integração do sistema dominante. O mesmo era verdade para o triunfo em *batalhas individuais* quando, em última instância, a questão era decidida nos termos das condições de ganhar a guerra. Por isso a atualidade histórica da ofensiva socialista tem imenso significado. Pois, sob as novas condições da crise estrutural do capital, torna-se possível ganhar muito mais do que algumas grandes (mas, no final das contas terrivelmente isoladas) *batalhas*, como as revoluções russa, chinesa e cubana. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

Como transformar as condições objetivas e subjetivas positivamente intensificadas pela crise estrutural do capital em potencialidade revolucionária e se descobrir as “mediações necessárias” para se “ganhar a guerra”, é outro campo de investigação e debate que se impõe com urgência. Atentemos, entretanto, para o risco de sermos tomados pelo imediatismo e pelo oportunismo, ambos inconsequentes, guiados pelo politicismo e pelas “falsas mediações”, as quais, pelo hábito e costume, ganharam *status* de verdade inquestionável. É preciso romper com a “paralisia teórica” (CLAUDIN, 1985, p. 86) de efeitos históricos comprovadamente danosos para a emancipação do

trabalho, tornando-se capaz de reconhecer a prioridade objetiva de se fazer uma crítica radical de um mundo em rota de transformações profundas.

Contra essas tendências, a contribuição de Mészáros é inegável, pois trilhou o caminho da crítica radical movido por sua experiência pessoal, quando se defrontou com as deformações do regime soviético sob Stalin na invasão das tropas soviéticas, na Hungria, em 1956. Em uma entrevista à *Socialist Review*, declara haver deixado a Hungria porque “estava convencido que estava acontecendo uma variedade de problemas muito fundamentais que o sistema não poderia resolver”. Decidiu então seguir uma orientação que havia ouvido de Lukács: “Lukács costumava dizer, com bastante razão, que sem estratégia não se pode ter tática. Sem uma perspectiva estratégica desses problemas você não pode ter soluções do dia a dia. Então eu tentei analisar esses problemas consistentemente, (...), em meus livros, desde então.” (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

Pensamos ser esta também a preocupação a orientar nosso caminho no presente, e ao final deste artigo devemos evitar que nos venha à cabeça, num automatismo subjetivamente incontrolável, a pergunta do que devemos fazer no dia seguinte, em defesa da revolução social; e ao não encontrarmos uma resposta política tranquilizadora e imediata, negarmo-nos a reconhecer o peso objetivo das determinações da crise estrutural e continuarmos à mercê da estratégia reformista das lutas defensivas do passado.

Os desafios postos pela crise estrutural do sistema do capital não são poucos. A crise é profunda e, apesar de o estreitamento das opções atenuadoras da crise ser um dado real, o capital possui ainda recursos a usar, mesmo que estes tão só agravem as condições da existência da humanidade. São enormes as dificuldades para se solucionar todos os problemas produtivos e reprodutivos do sistema global. No entanto, os capitalistas podem produzir “soluções simplistas”, os socialistas, não! (MÉSZÁROS, 2009).

O fato de Mészáros nos forçar a reconhecer com toda crueza e realismo a situação em que vivemos, não retira das mãos dos trabalhadores a tarefa histórica da “reestruturação radical do edifício”, nem a esperança em uma alternativa positiva e sustentável à destrutividade da vida social pelo capital. Não se pode fugir da situação de aprofundamento da crise estrutural. Diante desta preocupação, Mészáros nos convoca a reconhecer que as “estruturas fundamentais devem ser completamente reestruturadas sob a força dessa crise; as pessoas terão de enfrentar o problema, terão de enfrentar o ‘como

fazer' (...). Nós devemos ter um quadro estratégico, mas as soluções devem se encontrar com relação à natureza exata da crise” (MÉSZÁROS, 2013, p.40). Até o momento, quanto ao reconhecimento da natureza da crise e das estratégias para superá-la, não se construiu um consenso que tenha produzido resultados positivos, tangíveis e abrangentes. Está posto tal desafio.

Que os trabalhadores e o pensamento crítico marxiano, que pretendem revolucionar a história, sejam capazes de aproveitar positivamente estas transformações objetivas em processo.

Referências Bibliográficas:

ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. *In*: Hobsbawm Eric. História do Marxismo, vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

CHESNAIS, François. A luta de classes na Europa e as raízes da crise econômica mundial (I) – François Chesnais. *In*: Carta Maior. Terça-feira, 10 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-luta-de-classes-na-Europa-e-as-raizes-da-crise-economica-mundial-I-/7/25351> Acesso em 17 de julho de 2018.

_____. O capital “recapturado” pelos métodos escolhidos durante 40 anos para superar as barreiras imanentes. *In*: Carta Maior. Quarta-Feira, 20 de julho de 2012a. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Chesnais-Estamos-navegando-em-aguas-nunca-dantes-navegadas-/7/25678> Acesso em: 2 de agosto de 2018.

CLAUDÍN, Fernando. A Crise do Movimento Comunista. São Paulo: Editora Global, 1985.

COGGIOLA, Osvaldo. As Crises Econômicas e a Teoria Marxista. *In*: Revista de Economia Mackenzie, v. 7, nº 3. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

_____. A Crise Mundial e o Brasil. 2012. *Paper* (recebido do autor por e-mail).

ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Lisboa: Edições Avante, 1975.

GALBRAITH, John Kenneth. A Crise Econômica de 1929. Anatomia de uma catástrofe financeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

KOFLER, Leo. Contribución a la historia de la sociedad burguesa. Ed. Amorrurtu, Buenos Aires, 1997.

LASKI, Harold. O liberalismo europeu. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, Sergio. Capital e Estado de Bem-Estar – o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MARX, Karl. O Capital. Livro III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. O Capital. Livro I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. As crises econômicas do capitalismo. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. “Glosas Críticas e Glosas Críticas Marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.” *in*: Práxis n.5 – Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, out-dez, 1995.

MATTICK, Paul. Crisis & Teoría de la Crisis. Península: Barcelona, 1977. Disponível em: <https://marxismocritico.files.wordpress.com/2012/06/paul-mattick-crisis-y-teoria-de-la-crisis-pdf.pdf> Acesso em 17 de julho de 2018.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

MELO, Edivânia Francisca de. Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental. Disponível em: <https://marxismo21.org/istvan-meszaros-1930-2017/> Acesso em: 26 de julho de 2018.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. A Crise Estrutural do Sistema (2009). Tradução de Katarina Peixoto. Disponível em: <http://socialistreview.org.uk/332/interview-structural-crisis-system> Acesso em: 27 de julho de 2018.

_____. A Crise Estrutural da Política (2006). Disponível em: https://resistir.info/meszaros/crise_estrutural_da_politica.html. Acesso em: 26 de julho de 2018.

_____. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. Entrevista – István Mészáros: filosofia e práxis política para superar o

capital. *Novos Temas*, São Paulo, nº 8, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política – uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

OXFAM. Super-ricos estão ficando com quase toda a riqueza, às custas de bilhões de pessoas (Relatório Davos-2018). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas> Acesso em: 31 de julho de 2018.

PANIAGO, M. C. S. (org.). *Mészáros e a Crítica à Experiência Soviética*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

PANIAGO, M. C. S. “Derrota do Reformismo e Abandono da Crítica da Economia Política”. *In: Anuário 2017*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017a.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.